



A AMPLIAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DA EJA E O CONVÍVIO INTERGERACIONAL: PONTOS E CONTRAPONTO

Daniele da Silva Maia Gouveia¹
Alcina Maria Testa Braz da Silva²

RESUMO: A faixa etária do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem se tornando cada vez mais ampliada, e este fato está relacionado a dois processos: a juvenilização e ao ingresso crescente de idosos. Apesar de num primeiro momento possa parecer que este convívio seja conflituoso e improvável, alguns estudos mostram exatamente o contrário e até mesmo incentivam o convívio intergeracional. O objetivo deste trabalho é apresentar as causas da ampliação da faixa etária na EJA e ainda discutir de que maneira esta ampliação pode impactar na formação dos envolvidos. Ao realizar este estudo de natureza teórica pôde-se concluir que o convívio intergeracional pode ser um caminho para o desenvolvimento da cidadania e a aquisição de novos conhecimentos para os alunos de cada faixa etária e deve ser visto pela comunidade escolar como uma oportunidade de criar laços e de estabelecer novas metas.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; juvenilização, idosos; convívio intergeracional.

INTRODUÇÃO

A ampliação da faixa etária na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um processo que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos e que está sendo ocasionado pelo ingresso prematuro de jovens (juvenilização) e pela ampla participação de idosos. Esses dois processos possuem causas diferentes e estão fazendo com que o público da EJA se torne ainda mais heterogêneo, o que pode gerar dúvidas sobre a possibilidade dessa convivência.

O processo de juvenilização da EJA se iniciou na década de 1990 e foi se intensificando com o passar dos anos, estando relacionado às políticas educacionais e problemas como evasão e reprovações sucessivas. Enquanto este processo acontecia, pôde-se também perceber um aumento na população idosa em todo mundo, ocasionado pela melhora na qualidade de vida, o que gerou uma participação maior desta “nova velhice” em todos os setores da sociedade.

¹ Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ.

² Docente do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação – IFRJ e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ

[Digite texto]

A presença de alunos de tão diferentes idades em um mesmo espaço escolar é a princípio um grande desafio para o professor e motivo de divergências entre eles o que pode dar origem a um ambiente conflituoso. No entanto, esse convívio também pode trazer benefícios para todos os envolvidos principalmente quando se realiza uma prática educacional dinâmica que estimula o diálogo e a troca entre as gerações.

O objetivo deste trabalho é apresentar as causas da ampliação da faixa etária da EJA, os impactos que o convívio entre indivíduos de idade tão diferentes pode trazer para sua formação e os benefícios que o convívio intergeracional que tem se dado nesta modalidade de ensino tem trazido para todos os envolvidos, tanto os educandos quanto os educadores.

METODOLOGIA

Para realizar tal estudo de natureza teórica foi feito um levantamento bibliográfico a fim de propor um diálogo entre os principais pesquisadores sobre o tema, ampliando o conhecimento e visão sobre o assunto.

QUADRO TEÓRICO

A juvenilização da EJA

O fenômeno da juvenilização da EJA tem sido percebido por diversos pesquisadores como Rodrigues (2012), Marinho (2012), Silva (2010) e Carvalho (2009) em várias cidades do país e consiste no ingresso precoce de alunos na modalidade da EJA. Este fenômeno teve início na década de 1990 e, segundo Rodrigues (2012):

Dentre os fatores que contribuem para que muitos jovens procurem, cada vez mais precocemente, esta modalidade, podemos citar os fatores pedagógicos, políticos, legais e estruturais: a constante falta de professores na escola pública, a carência nas condições físicas e de material didático- pedagógico em muitas de nossas escolas e também os aspectos políticos e legais que facilitam o ingresso dos alunos cada vez mais cedo nesta modalidade. (p. 105).

O processo de juvenilização se agravou com a criação das Diretrizes Curriculares da EJA (BRASIL, 2000) definidas pela Resolução CNE/CEB 1/2000 e respaldada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000, cujo Relator foi Carlos Roberto Jamil Cury que estabeleceram a idade mínima para realização de exames para EJA de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos

[Digite texto]

para Ensino Médio.

Deste modo, o adolescente de idade entre 15 a 17 anos foram juvenilizados, isto é, foram considerados jovens e excluídos da faixa etária com a qual o Estado possui a responsabilidade de garantir a Educação Básica. Sendo assim muitos adolescentes foram privados de frequentar a modalidade regular de ensino passando para uma modalidade em formato de supletivo com acelerada transmissão de conteúdo.

Partindo deste princípio, é instituído o Parecer CNE/CEB nº23/2008 (2008) para reverter o quadro de juvenilização instituindo a idade mínima de 18 anos para ingresso tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio da EJA. Este Parecer se apresenta contrário ao Parecer 11/ 2000 por entender que a juvenilização ou adolecer da EJA:

É fruto de uma espécie de migração perversa de jovens entre 15 e 18 anos que não encontram o devido acolhimento junto aos estabelecimentos do ensino seqüencial regular da idade própria. Não é incomum se perceber que a população escolarizável de jovens com mais de 15 anos seja vista como “invasora” da modalidade regular da idade própria. E assim são induzidos a buscar a EJA, não como uma modalidade que tem sua identidade, mas como uma espécie de “lavagem das mãos” sem que outras oportunidades lhes sejam propiciadas. Tal indução reflete uma visada do tipo: a EJA é uma espécie de “tapa-buraco” (BRASIL, 2008, p.8).

Apesar dos fortes argumentos do Parecer nº23/2008 a idade mínima de 18 anos não foi aprovada pelo MEC e o Parecer foi revisto pelo CNE/CEB. De acordo com o Parecer nº 6/2010, foi retomada a idade mínima de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Segundo Marinho (2012):

O argumento era o de que a proibição de ingresso dos menores de 18 anos poderia se configurar como uma dupla exclusão do direito a educação, destacando, nesse sentido, a formação original da LDB que não fixou idade mínima de ingresso em cursos de EJA. O entendimento é o de que há especificidades para este atendimento que não competem com a educação chamada regular e que não pode ser alterada, por ser matéria de prerrogativa congressual (p. 26).

As deficiências no sistema escolar como evasão e reprovação são também fatores que estão relacionados com a juvenilização da EJA. Os altos índices de reprovação acabam por proporcionar que cada vez mais alunos sejam “encaminhados” a EJA, isso porque os alunos que são por muitas vezes reprovados acabam ficando fora da faixa etária da turma a qual eles pertencem sendo candidatos em potencial a alunos da EJA.

Sendo assim, enquanto antes a EJA era frequentada pelos adultos que vinham da zona

[Digite texto]

rural e que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade correta, atualmente a EJA tem sido uma alternativa para diminuir o problema da defasagem na relação idade-série recebendo alunos que passaram por vários processos de exclusão escolar e social como repetição, evasão, ingresso precoce no mundo do trabalho (RODRIGUES, 2012).

Deste modo, a escola além de não reconhecer sua parcela de responsabilidade pelo fracasso escolar, acaba por marginalizar os alunos que não conseguem avançar e a própria EJA que passa a ser considerada um espaço para aqueles que não conseguiram se “adaptar” ao ensino regular.

Na verdade, estes adolescentes são considerados “intrusos” tanto no ensino regular quanto na EJA, sendo discriminados por parte de outros alunos e até mesmo professores devido ao comportamento imaturo e agitado que estes apresentam, acabando por alterar o cotidiano escolar. Esta mudança na pirâmide etária da EJA pode acabar provocando a evasão dos mais velhos que não conseguem conviver com o comportamento destes adolescentes na sala de aula.

Segundo Rodrigues (2012, p.105), estes “jovens, quando chegam à EJA, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais”. Sendo assim, desenvolvem um perfil arreadio que está também relacionado ao fato destes não encontrarem seu espaço, não se perceberem pertencentes a nenhuma das duas modalidades e a escola contribui para esse fato ao não atender as necessidades dos adolescentes, não permitir que a cultura destes adentre o espaço escolar.

Estes alunos por terem saído a pouco tempo do ensino regular são mais ágeis na realização de tarefas, porém ao mesmo tempo ainda guardam as marcas do perfil excludente da escola não sendo favoráveis as regras impostas. Retornam a escola por saberem que o estudo é imprescindível para uma melhor colocação no mercado de trabalho, no entanto, perderam a confiança na escola e a maioria deles não pretende ir além do Ensino Médio.

Apesar destas serem questões comuns nas salas de aula da EJA um estudo feito por Carvalho (2009) em escolas de Curitiba identificou que nas atividades realizadas na EJA é utilizada uma mesma prática educacional independente da faixa etária dos alunos, que os adolescentes não são reconhecidos como alunos da EJA e que são forçados a se adequar aos moldes impostos pela instituição. Enfim é realizado tudo o que causa a repulsa do adolescente pela escola repetindo os erros da modalidade regular.

Muitas vezes algumas situações da vida colocam o estudo em um patamar inferior. As questões individuais como a necessidade de trabalhar para ajudar em casa ou para arcar com seu próprio sustento são fortes motivos que levam os alunos a procurar a EJA cada vez mais

[Digite texto]

cedo (RODRIGUES, 2012). Além disso, durante nossa trajetória na EJA, em conversas informais com alunos, ouvimos muitos relatos do motivo do ingresso na EJA ser a chegada precoce do primeiro filho. Alguns pararam de estudar devido a este acontecimento e depois retornaram. Há também casos de meninas que ao descobrirem que estavam grávidas se transferiram para a EJA por terem vergonha de frequentar o ensino regular durante a gravidez.

De acordo com Silva (2010):

Por muito tempo a EJA esteve configurada só como educação de jovens e adultos objetivando, principalmente, a alfabetização dessas pessoas. Com o rejuvenescimento da população que frequenta essa modalidade, a EJA deve alargar seu campo de prática e de análise, considerando os novos perfis e as novas circunstâncias históricas dos alunos adolescentes e jovens. Além disso, as faixas etárias, as necessidades, as potencialidades e as expectativas em relação à vida dos novos estudantes precisam ser consideradas para que se efetive o atendimento dos adolescentes, jovens e adultos que buscam seu direito à educação (p. 105).

É necessário pensar a EJA como um espaço de resgate ao direito à educação em qualquer idade: jovem, adulto ou idoso.

A participação dos idosos na EJA

Nos últimos anos houve um aumento na população idosa em todo mundo. Este fato tem gerado uma inversão na pirâmide social de alguns países, dentre eles o Brasil. Com esta nova realidade se estabelece a necessidade de repensar todos os setores da sociedade como educação, saúde, entre outros a fim de garantir a inserção social e uma melhor qualidade de vida para população idosa.

De acordo com Siviero (2012), esta nova realidade “é um reflexo de uma série de mudanças, tais como melhorias no sistema de saúde e nas condições sanitárias, melhores atendimento e acompanhamento médico e a difusão de hábitos mais saudáveis, que contribuem em muito para a manutenção da longevidade” (p. 25).

Todo esse merecido destaque dado pelas políticas públicas com a criação dos muitos projetos que atendem hoje a tão popular “melhor idade” ou “terceira idade”, estão proporcionando a longevidade da população que é um dos fatores indicadores de desenvolvimento de um país.

Segundo Pereira (2012):

Na sociedade contemporânea, convivem formas distintas de ser velho/ idoso.

Há aqueles que vivem a velhice enquanto castigo, relacionada à decadência física, depressão, ao abandono familiar, banimento social, com período que antecede a morte – a velhice invisível. Mas há vivências de velhice construídas em padrões diferentes – uma velhice ativa (p. 15).

Na chamada “nova velhice” se encontram idosos cada vez mais participativos na sociedade, com uma postura cada vez mais independente e com papéis diferenciados na família e em novos espaços. “Esta nova geração de velhos está nas ruas, participando de atividades culturais, políticas, comunitárias; é consumidora exigente de bens de serviço, demonstrando não ter o mesmo comportamento da geração anterior” (PEREIRA, 2012, p. 13).

Os novos idosos estão realizando atividades que não tiveram oportunidade de realizar quando jovens. A maioria deles percebe a velhice como um momento onde não possuem mais o compromisso com o trabalho e os filhos e que podem se colocar como prioridade, dedicando seu tempo vago para praticar exercícios, conhecer novos lugares e também realizar o sonho de concluir os estudos (MARQUES E PACHANE, 2010).

Na atuação da “nova velhice” pode se dar um destaque para a retomada aos estudos. Para os idosos o reingresso na vida escolar pode trazer diferentes benefícios e ter diferentes motivações. Pode se dar por indicação médica para realização de atividade que previnam doenças como a esclerose, pela busca por autonomia para cuidar de suas economias, ou pelo simples interesse em se manterem atualizados, entre outros. Ordenez e Cachioni (2011, p. 462) entendem a “educação como instrumento de promoção de uma velhice bem-sucedida, isto é, com boa qualidade de vida biológica, psicológica e social”.

A retomada dos estudos leva a valorização do ser idoso e previne contra o ostracismo, muito frequente nesta faixa etária, e que leva ao distanciamento dos ambientes sociais e familiares. Quando o idoso se reconhece parte da sociedade e percebe que ainda pode ser produtivo e ter objetivos, sua autoestima se desenvolve. Este processo pode trazer benefícios até mesmo a sua saúde, evitando doenças psicossomáticas como a depressão, por exemplo.

Com a maior participação dos idosos nas atividades escolares e percebendo-se que a retomada dos estudos está ligada principalmente a recuperação da autoestima e a manutenção da saúde, a escola ganha uma responsabilidade que vai além de formar o cidadão para a vida e o mercado de trabalho. Ganha também a responsabilidade social de transmitir informação e realizar atividades que garantam a prevenção de doenças e uma melhor qualidade de vida aos idosos.

Apesar disso, são muitas as barreiras que os idosos encontram ao decidir estudar. Pereira (2012) destaca duas delas em seu estudo. A primeira é a imagem de incapacidade atribuída aos idosos e que é motivo de preconceito por parte dos professores e dos outros

[Digite texto]

alunos. E a segunda é por conta da própria condição física que faz o aluno desistir dos estudos. Ainda assim, eles não fazem das suas limitações empecilhos para realização de seus projetos.

Ao retomar ou até mesmo iniciar seus estudos, os idosos procuram recuperar o que lhes foi negado e já possuem uma noção mais crítica de suas condições de oprimidos no passado e das forças de opressão que os afastaram dos estudos na idade regular. De acordo com Pereira (2012, p.34), os idosos ao ingressar em uma escola “buscam uma imagem de escola socialmente construída (sala de aula, professor, disciplina escolar) e a convivência com outras faixas etárias”.

Mesmo com todo este contexto atual de maior participação de idosos o que se percebe é que a escola recebe o aluno idoso, mas não possui recursos adequados e profissionais preparados para integrá-lo ao ambiente escolar. Este fato fica explícito na infraestrutura da escola onde as salas de aulas possuem carteiras nada confortáveis para aqueles que já apresentam problemas de saúde de todas as ordens, o acesso geralmente é feito por meio de escadas, o material didático não é atrativo, entre outros problemas.

Quanto aos profissionais, estes não foram preparados durante sua formação para perceber e lidar com a diversidade de anseios e dificuldades de aprendizado dos idosos, deste modo não conseguem atingir a todos de maneira satisfatória, realizando práticas que sejam mais voltadas para os alunos jovens e adultos.

Desta maneira, de maneira arbitrária, há uma segregação do idoso, que se sente um intruso na própria escola (PAULA E SOBRINHO, 2011). Sendo assim, faz-se necessário repensar as atividades educacionais de modo a atingir de maneira igualitária criando estratégias para oferecer um ensino que atenda e atraia a todos independente da faixa etária. É importante também que essas práticas contemplem as expectativas de formação desse grupo, abordando temas que sejam de seu interesse.

As práticas desenvolvidas devem estimular a participação da população idosa que muitas vezes se vê improdutiva e incapaz de novas experiências e descobertas. Esta visão que eles possuem sobre a sua própria condição é muitas vezes reforçada pela família que possui concepções negativas sobre a velhice. É importante que todos percebam que “a velhice não é a trágica etapa final; tal como todos os estágios de nossa vida, ela é também uma *retomada*” (SIVIERO, 2012, p. 31).

A importância da intergeracionalidade

[Digite texto]

Relembrando um dos pilares educacionais para a formação do cidadão, o aprender a conviver parece ser o mais característico da EJA. Principalmente por conviverem em uma mesma classe pessoas tão diferentes em relação a diversos aspectos. Não que nas outras modalidades de ensino não exista diferenças, é que na EJA esta se torna mais latente principalmente quando se trata da faixa etária.

São muitos os estudos que tratam de educação de jovens e adultos em seus diferentes aspectos, no entanto, faltam uma maior atenção para a intergeracionalidade e todos os seus impactos no processo educacional, relações interpessoais, entre outros. É como se todos aqueles indivíduos fossem vistos de maneira homogênea, não sendo percebidas suas diferentes necessidades.

Segundo Di Pierro (2005):

A identidade político pedagógica da educação de jovens e adultos não foi construída com referência às características psicológicas ou cognitivas das etapas do ciclo de vida (juventude, maturidade, velhice), mas sim em torno de uma representação social enraizada, de um lado, no estigma que recai sobre os analfabetos nas sociedades letradas e, de outro, em uma relativa homogeneidade sociocultural dos educandos conferida pela condição de camponeses ou migrantes rurais (ou sua descendência) e trabalhadores de baixa qualificação pertencentes a estratos de escassos rendimentos (p.1120).

Infelizmente os governantes acreditam que ao oferecer oportunidades de escolarização por intermédio da EJA para os que foram excluídos do ensino regular na idade ideal estão dando o direito à educação e recuperando uma dívida com a sociedade. Na realidade estão reforçando uma política de discriminação que culpa os próprios indivíduos pelo seu fracasso no estudo. É necessário que sejam oferecidas escolas públicas de qualidade, com facilidade de acesso e que atraiam o interesse de alunos de qualquer idade (SANTOS, 2003).

Este aspecto ganha uma maior relevância ao considerarmos o crescimento vertiginoso da população de idosos em âmbito mundial, e conseqüentemente uma maior participação destes nas salas de aula de todo país. Ainda assim não se percebe a existência de atividades escolares preparadas para atender este público ou que incentivem a intergeracionalidade, fato confirmado por estudos como o de Zanon, Alves e Cardenas (2011) e Paula e Sobrinho (2011).

A convivência de pessoas de diferentes idades no espaço escolar pode gerar conflitos que podem ser agravados devido à falta de uma prática apropriada. No entanto, o contato com indivíduos com outros estilos de vida e de linguagem pode (e deve) se dar em qualquer fase da vida e são importantes para a construção de identidades em comum e laços de

[Digite texto]

solidariedade entre as gerações.

Sendo assim, quando se dá de maneira adequada o convívio intergeracional é uma iniciativa que pode ajudar na superação de preconceitos, incentivar o respeito mútuo e o reconhecimento entre as gerações, o que ocasiona uma melhoria na qualidade de vida dos envolvidos. Esta iniciativa proporciona trocas interpessoais que podem ser positivas para todos, pois contribuem para a adaptação à vida em sociedade, aspecto importante para os diferentes ciclos da vida. Na verdade, é um ganho para a sociedade em geral, que ganha cidadãos que aceitam e respeitam as diferenças.

Os benefícios do convívio intergeracional são diversos e propostos inclusive em legislações de políticas públicas como apontam Zanon, Alves e Cardenas (2011, p. 556) ao afirmar que “a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e as disposições decorrentes desses documentos indicam e enfatizam a importância de cuidados, tais como prevenção, promoção da educação e a aproximação entre os jovens e idosos (intergeracionalidade)”.

Inicialmente pode parecer que os ganhos com o convívio intergeracional estejam direcionados apenas aos idosos já que o mundo contemporâneo aparentemente está configurado para os mais jovens e seus conhecimentos modernos, não tendo espaço e necessidade de se conhecer os saberes dos mais velhos. Sendo assim, os idosos é que precisariam adquirir novos conhecimentos para se adaptar a este novo mundo.

No entanto, com o tempo percebe-se que a intergeracionalidade na escola traz ganhos a todos os envolvidos, educadores e educandos de todas as idades. Isso porque faz com que nossos posicionamentos, e até mesmo a estrutura das sociedades, sejam repensadas, pois os idosos:

São estudantes portadores de outros modos de aprender, sentir e pensar; de saberes que voltam a ser valiosos porque provocam em nós, como educadores da EJA, novas formas de se relacionar com o conhecimento e, ao mesmo tempo, propõem novas veredas para reconstrução da memória na escola (PEREIRA, 2012. p. 34).

Estes saberes precisam mesmo serem retomados nos dias de hoje onde a cultura e o conhecimento popular estão perdendo espaço e importância para as novas tecnologias e os saberes elaborados cientificamente. A desvalorização dos saberes comuns é muito presente em nossa sociedade principalmente nos mais jovens que tem muito a ganhar no convívio com “antigos”, porém não menos importantes saberes.

Nós educadores precisamos nos atentar a este fato, pois mesmo de maneira inconsciente estamos perpetuando esta desvalorização da cultura e dos saberes populares. Tal fato acontece quando ao realizar a nossa prática profissional enalteçamos os saberes

[Digite texto]

produzidos cientificamente em detrimento dos outros saberes, o que pode contribuir para afastar os mais velhos da sala de aula.

Ao compartilhar o mesmo espaço, há uma possibilidade de compartilhar também os “novos” saberes como no caso das novas tecnologias que ainda são uma grande dificuldade para a maioria dos idosos e que são utilizados frequentemente pelos mais jovens. Esta troca pode facilitar a inclusão social dos idosos, já que estes “novos” saberes são instrumentos cada vez mais requisitados para que estes possam ter um pouco mais de autonomia ao lidar com suas finanças, por exemplo.

O reconhecimento e enaltecimento das virtudes e saberes dos alunos, favorece o fortalecimento da autoestima destes. Ao se sentir valorizado o aluno tende a participar mais das atividades, auxiliar o próximo. É necessário que se realizem práticas que estimulem dinâmicas de relacionamento, de reconhecimento mútuo, aceitação e valorização do outro, de maneira que favoreça a construção de um autoconceito e de uma autoestima positivos nos alunos (MOREIRA E CANDAU, 2003).

Para que se garanta a intergeracionalidade deve se adotar uma prática educacional que não fique presa apenas aos conteúdos, mas que tenha projetos que garantam a discussão sobre valores, e direitos e deveres dos cidadãos, dentre eles o respeito aos idosos. De acordo com França, Braz da Silva e Barreto (2010):

Uma das maneiras que podem aproximar gerações é o desenvolvimento de atividades lúdicas e de caráter social, que possam ecoar dentre os interesses e realidade dos participantes. Assim, tais atividades devem ser complementadas por discussão e a troca de vivências e percepções dos idosos e crianças, facilitadas pelos professores das escolas. O relacionamento advindo das atividades, reflexões e discussões oferecerão oportunidades para o reforço à solidariedade intergeracional e às atitudes cidadãs. (p.525).

A adoção da intergeracionalidade não deve estar centrada apenas no professor e na sua ação educacional, deve haver o envolvimento e a participação de todos os membros da escola como, por exemplo, os pertencentes à direção e coordenação. Deve-se discutir a estrutura da escola, as informações presentes nos murais, enfim todos os espaços da escola precisam contemplar todas as faixas etárias. Não se restringindo a projetos momentâneos que posteriormente são esquecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo consciente de todas as arbitrariedades que são responsáveis pela juvenilização

[Digite texto]

da EJA, e dos processos de exclusão educacional que foram responsáveis pela presença desses alunos que estão em busca de resgatar seu direito a educação ainda que em idade avançada, é preciso encarar os fatos e fazer deste convívio que a princípio poderia ser problemático, um convívio marcado pelo bem querer e benéfico para todos os envolvidos, principalmente com a participação dos idosos que só vem a agregar novos conhecimentos.

Para que este fato se concretize faz-se necessário um real entendimento da importância do convívio intergeracional, no sentido de contar com a participação de toda comunidade escolar para que se possa aproveitar todas as oportunidades de troca, de aprendizagem e de crescimento na promoção do bem comum.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Parecer CNE 11/2000: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf. Acesso em: 16 de dezembro de 2012.

CARVALHO, R.V.Z. A juvenilização da eja: quais práticas pedagógicas? **Trabalho apresentado em 32ª reunião anual da Anped**. Caxambu: 2009. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT18-5569--Int.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

DI PIERRO, M.C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 05 de junho de 2013.

FRANÇA, L.H.F.P.; BRAZ DA SILVA, A.M.T; BARRETO, M.S.L. Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira? **Rev. Bras. Geriatria Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3. p. 519 – 531, 2010.

MARINHO, M.M.A. **Juvenilização na EJA: percursos e perspectivas dos jovens da Escola Padre Ibiapina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: 2012, 44 p. Aprovado em 19/06/2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1896>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

MARQUES, D.T; PACHANE, G.G. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.36, n.2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura (s): construindo culturas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 156- 168, maio/ jun/ jul: 2003.

ORDENEZ, T. N; CACHIONI. Motivos para frequentar um programa de educação permanente: relato dos alunos da universidade aberta à terceira idade da Escola de Artes,

[Digite texto]

Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3. p. 461 - 474, 2011.

PAULA, R. S.; SOBRINHO, M. D. Representações sociais do ser idoso e práticas educativas na cidade de Natal /RN. **Estudos em Representações Sociais**. v. 1. Disponível em: http://www.jirs2011.com.br/jirs2011/ers2012/ERS2012Volume1_COMPLETO.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

PEREIRA, J.M.M. A escola do riso e do esquecimento: idosos na educação de jovens e adultos. **Educação em foco**. Juiz de Fora, MG: UFJF, v.16, n. 2, set. 2011/fev. 2012. 213 p.

RODRIGUES, D.J.F. A juvenilização dos alunos da EJA e do PROEJA. In: ARAÚJO, J.M.D; VALDEZ, G.R.B. (Org). **PROEJA: refletindo o cotidiano**, v.1, Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2012.

SANTOS, G.L. Educação ainda que tardia. **Revista Brasileira de Educação**.n. 24 Set/Out/Nov/Dez, 2003.

SILVA, L.S.G. **Juvenilização na EJA: experiências e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010, 108 p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27414>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

SEVIERO, J.M. A fortuna da maturidade. **Filosofia: Ciência & Vida**. São Paulo, ano vi, ed. 73, p. 24-31, agosto: 2012.

ZANON, C. B. F. M; ALVES, V. P; CARDENAS, C. J. Como vai a Educação Gerontológica nas Escolas Públicas do Distrito Federal? Um estudo com idosos e jovens. **Rev. Bras. Geriatria Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3. p. 555-566, 2011.